

DCV 411 – Direito de Família
Prof. Cristiano de Sousa Zanetti
Material didático para a aula de 9.III.15
Tema: Poder familiar



Exercício 2

Indique a consequência jurídica dos fatos abaixo narrados no âmbito do direito civil:

- a) “W. S. P. da S., menor púbere, e W. S. P. da S. B. ajuizaram ação de indenização em face de Real Expresso Ltda., objetivando provimento jurisdicional condenatório que lhes assegurasse o ressarcimento por danos morais e materiais, ocasionados pela morte da mãe e da irmã, vitimadas fatalmente quando viajavam de ônibus de propriedade da ré para a cidade de Igarapava. O magistrado sentenciante entendeu que a transação particular realizada entre a ré e os autores, então menores não continha qualquer nulidade em relação aos seus direitos, visto que o pai detinha o pátrio poder e aquele ato jurídico não ultrapassava os limites dos poderes inerentes à administração sobre os bens dos filhos” (STJ, Resp. 292.974-SP, 3ª T., r. Min. Nancy Andrighi, j. 29.5.01, *in RDpriv* 9:281).
- b) “No presente caso, diante dos elementos contidos nos autos, resta configurada a situação de risco da menor AAA, que foi abandonada pela mãe logo após o nascimento, tendo sido encaminhada da maternidade do Hospital Santa Casa de Misericórdia diretamente ao abrigo, com cinco dias de vida (f.). A genitora está em lugar incerto e desconhecido e, segundo a síntese social de f., não mais procurou a filha. [...]. A propositura da ação se deu pelo fato de que a requerida é usuária de drogas, possui histórico de violência familiar, não realizou exame pré-natal e, além da menor AAA, teve outros seis filhos, sendo que nenhum deles está sob seus cuidados. Há notícia nos autos de que a ré ‘deu’ uma de suas filhas em garantia de pagamento de dívida junto a um ponto de tráfico, tendo a menor sido resgatada pela sogra da demandada, que se comprometeu a pagar o débito em parcelas” (TJRS, Ap. Cív. 70034858712, 7ª Câmara Cív., r. Des. André Luiz Planella Villarinho, j. 9.6.10, *in RT* 901:321).